

## **SOBRE INSTITUIÇÕES E O SERVIÇO SOCIAL EM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL**

### **ABOUT INSTITUTIONS AND SOCIAL WORK IN THE CONTEXT OF CAPITAL'S CRISIS**

Tatiana Dahmer PEREIRA\* 

---

**Resumo:** O texto consiste em reflexão teórica, a partir de pesquisa bibliográfica. Versa sobre a formação das instituições no Brasil, com suas determinações colonialistas e de raízes escravistas, como pressupostos analíticos para a construção de atuação crítica do Serviço Social nestes espaços. Considera a distinção entre como se constituem e como aparentam – na medida em que as instituições aparecem, na modernidade, como algo impessoal, perene e mediador de relações sociais, expressando pactuação necessária à vida em sociedade. Na conformação da sociabilidade burguesa emergem como instâncias que anunciam previsibilidade, ordenamento e proteção àqueles que vivenciam o processo civilizatório moderno. Porém, escamoteiam violências e mecanismos de reprodução de relações sociais de opressão e desigualdade inerentes ao movimento histórico de valorização do capital.

**Palavras-chave:** Instituições. Serviço Social. Modernidade.

---

---

**Abstract:** The text consists of theoretical reflection, based on bibliographic research. It deals with the formation of institutions in Brazil, with its colonialist determinations and slave roots, as analytical assumptions for the construction of critical performance of Social Work in these spaces. It considers the distinction between how they are constituted and the way they appear – to the extent that institutions appear, in modernity, as something impersonal, perennial and mediator of social relations, expressing the agreement necessary for life in society. In the conformation of bourgeois sociability they emerge as instances that announce predictability, ordering and protection to those who experience the modern civilizing process. However, they conceal violence and mechanisms of reproduction of social relations of oppression and inequality inherent to the historical movement of capital appreciation.

**Keywords:** Institution. Social work. Modernity.

---

Submetido em 21/08/2023. Aceito em 14/11/2023.

---

\* Assistente Social (ESS-UFRJ), mestre e doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ. Docente associada da Escola de Serviço Social da UFF Niterói, integrante do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PGSSDR-UFF). Pesquisadora do Núcleo TEIA (ESS-UFF) e apoiada pelo CNPq como pesquisadora nível 2. E-mail: [tatianadahmerpereira@gmail.com](mailto:tatianadahmerpereira@gmail.com)



## **Introdução**

Refletir sobre as instituições tem sido recurso didático-pedagógico fundamental na formação profissional de assistentes sociais – tanto por supervisores de campo quanto por docentes junto à disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio (SAE) e, centralmente, na formação permanente de assistentes sociais.

Contemporaneamente, no currículo básico de formação, definido pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (ABEPSS,1996) com base em perspectiva crítica, já é superada a leitura sobre a autonomização tanto de instrumentos interventivos, quanto em relação às próprias instituições, imprimindo desafios ainda mais complexos para a realização de análise de como e o que são as instituições como expressão da dinâmica dessa sociabilidade. Consideramos ser fundamental o fazer de forma não estanque e permanente - de forma crítica, histórica, consistente, capaz de contribuir para que profissionais reconheçam dinâmicas sociais específicas de nossa formação social brasileira, por exemplo.

Portanto, não se pode descartar a relevância em torno do conhecimento histórico e de sua conformação na formação social brasileira do que nos aparece como “espaço” no qual se inserem o (a) estagiário (a) e profissionais de serviço social - tampouco das relações e dinâmicas que se materializam naquele cotidiano a partir dessas determinações societárias históricas concretas.

Com vistas a contribuir para tematizar elementos para análise institucional e suas possibilidades para a formação profissional em Serviço Social, o texto em questão tem como objetivo apresentar leitura particular sobre a formação das instituições dessa sociabilidade moderna ocidental periférica, considerando a forma colonialista e de fortes raízes escravistas, a qual origina peculiares marcas na constituição e dinâmica institucionais brasileiras.

Nosso eixo condutor considera a distinção entre *como se constituem e como aparentam* – na medida em que as instituições *aparecem*, na modernidade, como algo impessoal, perene, ahistórico e mediador de relações sociais, expressando pactuação necessária à vida na sociabilidade burguesa ocidental. Na conformação dessa sociabilidade, emergem estruturas que asseguram aparente previsibilidade, paz, ordenamento e proteção àqueles que vivenciam o processo civilizatório moderno.

Porém, ainda que apareçam destas formas e com pretensões impessoais e universais, possuem formações determinadas contraditórias e necessariamente partidárias – não no sentido dos partidos políticos, necessariamente, mas do *pertencer*, do possuir adesão ou expressar a partilha de valores relacionados a uma parte específica fortalecedora da reprodução da dinâmica social. No caso da formação social moderna, essas formações institucionais expressam material e moralmente a forma instituída necessária à dinâmica do valor, como elemento substanciador da Era Moderna.

Essa assertiva anterior é a premissa sobre a qual desdobramos aqui nossa argumentação. Não é pouca coisa, na medida em que funda movimentos incompatíveis – esforços de instituir normatividade e previsibilidade a partir de forma jurídica e de padrões comportamentais apreensíveis racionalmente, os quais

não necessariamente têm por centro a valorização da vida (em todas as suas formas) como um bem universal.

Partindo do anúncio de uma noção universal de ser humano com a formulação de direitos correlatos a esta concepção, objetiva-se crescentemente a materialidade concreta da (ir) racionalidade destrutiva do valor, da busca permanente por valorização como elemento primordial o qual subjuga vidas de seres humanos profundamente distintos entre si.

O texto estrutura-se em três momentos. O primeiro problematiza constituição de instituições necessárias ao novo ordenamento mundial, nos primórdios do que se nomeia como “era moderna” - bem antes da derrocada do Antigo Regime na Europa no século XVIII e da exploração colonialista-escravista no Brasil entre os séculos XVI e XIX, marcos relevantes para a forma moderna de universalização do valor.

O segundo reflete sobre algumas condições e questões da profissão de serviço social, na perspectiva de contextualização de suas possibilidades frente às correlações de força nesta sociabilidade, com dilemas materializados em suas instituições, articulado ao lócus profissional na divisão social e técnica do trabalho e aos desafios postos pelos elementos que formam dilemas fundantes do modo de produção capitalista.

Por fim, mas sem caráter conclusivo, apresentamos alguns desafios em torno da relação entre supervisores/as e estagiários/as da área de Serviço Social, indicando duas questões relevantes: (i) o cuidado na relação pedagógica e (ii) a atenção à violência institucional, como elementos importantes para reflexão a partir da disciplina.

## **1. A formação das instituições modernas ocidentais: elementos relevantes para sua compreensão**

A compreensão sobre as instituições deve, na nossa perspectiva, fundamentar-se em algumas premissas. Não há como entender “instituição” – ou qualquer outro conceito e categoria – sem investirmos no movimento de recuperação dos fundamentos da ordem societária na qual se encontra nosso “objeto” de estudo e de inquietação, a capitalista. Essa forma social que se institui impositiva e paulatinamente se universaliza sobre a Terra desde a era pré-moderna, o faz como “ordem do capital”, constituindo um sistema sócio-histórico (WALLERSTEIN, 2001). Traz, na sua centralidade, a mediação a partir da dinâmica da auto-expansão, tendo por núcleo a busca incessante do valor como bússola para a noção do que se considera civilizado e, portanto, humano.

O foco de nossa reflexão consiste em construir chaves de entendimento sobre o que são as instituições para além da aparência, de seus procedimentos normativos e diferenças entre o que anunciam ser, por que se formam e o que de fato são. Portanto, para além de seus próprios limites, da reificação/coisificação de seu cotidiano.

Há, na ciência política, campo de estudo amplo sobre as instituições. Vertentes como o institucionalismo e o neoinstitucionalismo<sup>1</sup>, as quais se organizam em torno de teorias, leituras e instrumentos para a análise das instituições a partir delas mesmas, constituem referências para alguns na investigação sobre o seu funcionamento, a efetividade, o sentido e mesmo as relações de poder das instituições.

A constituição de mecanismos explicativos e/ou de compreensão sobre *as instituições em si e para si*, no entanto, expressa, na nossa visão, a necessidade urgente de respostas rápidas à naturalização das relações que formam a vida social, limitando-se, em geral, a ajustes em torno de seu funcionamento. Tais respostas rápidas e voltadas à mediação de conflitos da vida social, materializados em todo o lugar e, necessariamente, nas instituições, contribuem para a garantia de substrato fundamental à reprodução das relações sociais, a noção de “ordem”<sup>2</sup>.

Constroem-se sobre essas (aparentes) formas de interação social que nos aparecem no tempo presente, no cotidiano, expectativas sociais quanto ao que são, quais são suas finalidades, capacidades de reprodução e de manutenção das relações sociais.

Por pressuposto, no esteio da vasta fonte de contribuição da teoria social crítica e do campo marxista, encontramos elementos ricos para pensar as instituições no modo de produção capitalista. Considerando *o capital como relação social – e*, para a nossa compreensão, necessariamente algo que se gesta ao longo de séculos, antes mesmo da instituição universal de uma ordem capitalista - seus elementos edificam-se, paulatinamente e em cada lugar de uma forma particular, a partir de especificidades da formação de uma era pré-moderna.

Dentre as instituições centrais e particulares a essa forma social do capital, encontramos o Estado, que se constrói como “Estado moderno”, as leis do “direito positivo”, a crescente centralidade da razão, da ciência moderna e do conhecimento como matrizes explicativas do mundo. Estas são cruciais para entendermos a resignificação de representações metafísicas, originada da crise do catolicismo e ocasionada pela própria reforma cristã luterana (1517), que contribui para mudanças no sentido do trabalho em uma sociabilidade que se constitui aos poucos mediada pelo valor, mecanismo dessa auto-expansão do capital, de sua reprodução.

Essa é nossa argumentação central: a formação dos tempos presentes decorre de um processo não evolutivo, marcado pelas violências, por instabilidades e que tem origens, em termos de conformação de

---

<sup>1</sup> A literatura de análise institucional é bastante vasta e compreende, necessariamente, diferentes vertentes. No Brasil essa temática ganha projeção ainda nos anos de 1970, a partir, basicamente, de duas vertentes: o referencial da Psicologia Institucional, oriunda de psicanalistas argentinos que articularam psicanálise e política e a linha da Análise Institucional francesa que se utilizava de referencial sociológico e político. L’Abbate (2012) recupera brevemente a gênese da Análise Institucional como campo disciplinar. Souza (2007), em análise sobre políticas públicas, menciona a relevância do neoinstitucionalismo como um “campo teórico [...] o qual enfatiza a importância crucial das instituições / regras para a decisão, formulação e implementação das políticas públicas” (p.81), sinalizando para a existência, nesse universo de estudos, do institucionalismo histórico e do estruturalista. Metodologicamente o foco consiste em explicar as instituições a partir delas mesmas.

<sup>2</sup> É preciso investir em entender a dimensão que a noção de ordem alcança se considerarmos sua formulação desde a leitura de Maquiavel em torno das disputas territoriais na média Idade Média. A construção paulatina de determinada concepção de ordem, associada à de paz como requisito para a vida em sociedade, alimenta as diferentes abordagens das doutrinas jusnaturalista e contratualista e edificam a direta associação entre Ordem e Progresso construída pelo positivismo em a partir do final do século XIX na Modernidade (WEFFORT, 2011)

relações e de valores na Europa, ainda no século XI, já em contextos de crises institucionais do cristianismo (especificamente na sua vertente do catolicismo europeu) e da necessidade de imposição de uma ordem de subordinação à Igreja a partir, inicialmente, das Inquisições da Igreja Católica.

A expansão do poder religioso cristão, com investimentos no saber escolástico, constrói interpretações sobre o mundo a partir desse núcleo. Com a força bélica e a conformação de impérios, as relações de dominação se alteram e a busca pela dinamização do poder a partir da conquista territorial, da crescente integração de mercados e dinamização do dinheiro ganham robustez alimentando a centralidade do valor, na universalização da mediação pela relação mercantil (POLANYI, 2000).

A conformação do modo de produção capitalista engendra relações societárias obrigatórias entre sujeitos históricos, forjando novas identidades em torno de uma definição de (ser) humano. As construções cristãs e pré-modernas em torno do que é o feminino e o masculino (FEDERICI, 2017), o sentido e papel das relações de dominação e subordinação a partir da refuncionalização do corpo das mulheres para uma integração forçada à institucionalização de uma divisão sexual do trabalho, caminham mescladas à constituição de classes sociais marcadas pelo binômio da propriedade privada e da espoliação, entre os que possuem meios de produção e propriedade fundiária e aqueles que, “livres” possuidores apenas de sua força de trabalho – os quais, através da venda desta, devem dignificar suas vidas.

Essas construções convivem com a violência do colonialismo escravista iniciado a partir do século XV, com a expansão ultramarina. É nesse movimento que se constrói a invenção do “negro/a”, pelos europeus, como uma clara expressão de outridade/alteridade (FANON, 1968), sendo fator significativo na constituição dessa definição fundamental sobre quem é provido de humanidade e quem não o é.

Na corrente de violações e sob o imperativo da busca de ordem, no que se justifica como um modo de organização dessa forma de vida em sociedade, são instituídas referências importantes ainda no contexto de derrocada do Feudalismo: a construção da divisão da vida social em dimensões como a “pública” e a “privada”, o “político”, o “social” e o “econômico”, a instituição de uma “divisão social, sexual, territorial e racial do trabalho”, a afirmação da “propriedade privada” como elemento central das relações sociais, uma nova (e positiva) centralidade do “trabalho”, uma perspectiva otimista (e formal) em torno do “indivíduo”, de ordem associada ao progresso e da noção de “liberdade” – inexistentes, nesses termos, para o Absolutismo.

A conformação dinâmica dessas novas referências/instituições decorre de contradições da formação social de cada lugar. Em especial no Brasil, país capitalista periférico, cuja formação assenta-se sobre seu caráter de colônia escravista, a constituição das instituições aparece no bojo de movimento da integração conservadora desse território à ideia de Nação - como uma pactuação de condição para ordem e progresso para que se firmem as relações sociais “modernas” nos marcos dessa nova sociabilidade.

Sem mais delongas, é preciso refletir sobre não apenas quais são as referências na história que demarcam o que deve se instituir como expressão da sociabilidade necessária entre seres humanos, parcialmente presentes em como as instituições se constituem e se transformam, mas como as

transformações institucionais materializam movimentos da história em suas conseqüências diversas e incontrolláveis sobre a vida das pessoas.

As instituições não são, de fato, instâncias abstratas ou ideais, nem definidoras aprioristicamente das relações sociais, embora assim aparentem<sup>3</sup>. Não são, portanto, permanentes, imanes. Ainda que possuam expressão normativa<sup>4</sup>, aparente perenidade formal e legal, materialidade física, as instituições expressam as condições objetivas erigidas do embate entre interesses societários inconciliáveis em cada momento – porém, não como “pactuações”, mas como imposições de força nas relações sociais por violências estruturantes das relações sociais, materializadas no cotidiano como opressões raciais e étnicas, elitistas, sexistas e geracionais.

As instituições aparecem como civilizatórias – e o são, em certa medida, se partilharmos da leitura do processo civilizador como algo disciplinador, alimentado pela violência e subjugação. É nessa lógica que, no período feudal, a identificação do que são as instituições centrais daquela ordem não se assenta apenas sobre o reconhecimento de suas formas materiais, mas é necessário identificar a sua conformação a partir do que era relevante aos diferentes interesses daquela constituição social da época, sem, necessariamente, instituir análises a partir dos referenciais que possuímos hoje.

Isso nos permite ampliar leituras em torno de como o desenvolvimento das relações entre essas dinâmicas e as relações sociais se complexificam paulatina, contraditória e irreversivelmente ao longo da história, em especial nos três séculos que antecedem as chamadas revoluções burguesas.

Nesse sentido, dialogamos com Guillermo O’Donnell (1991), cientista político que contribui para leitura neoinstitucionalista, apresentando algumas características das instituições modernas. O autor problematiza as instituições a partir de como estas nos aparecem e procuramos, de forma respeitosa, dialogar no sentido da articulação dessa aparência e de seus desdobramentos e conseqüências – como expressão do processo de formação social.

Esse esforço consiste argumentar em relação a essa tipificação ideal pensando-a como uma ilustração, uma vez que é preciso ter por pressuposto que não realizemos leituras sobre as instituições e as dinâmicas como algo encerrado em si, estanque, mas entendendo-as como materialidades provisórias, construídas socialmente e, por isso, mutáveis – correspondentes à hegemonia da forma social naquele momento histórico.

O autor as considera, antes de tudo, como “*padrões de interação social*” (Ibid, 1991). A despeito de suas aparências, compreendemos que o que aparece como instituído e pactuado, mesmo como “padrão”, expressa instabilidades profundas, pois são, antes de tudo, imposições de dinâmicas sociais - o que parece bastante contraditório com a forma de imanência e de apartação em relação ao todo que apresentam.

---

<sup>3</sup> Em manuscritos econômicos e filosóficos e, especialmente, Para a crítica da filosofia do Direito de Hegel, Marx empreende feroz questionamento à dimensão ideal de instituições como a religião e o aparato jurídico, os quais aparecem como elementos ordenadores das relações sociais, acima e externos aos seres humanos.

<sup>4</sup> Sobre a crítica à normatização e à ordem jurídica e sua expressão sobre os direitos construídos no capitalismo ver em Engels e Kautsky “O socialismo jurídico” (2012) e “Manuscritos econômicos e filosóficos” (2010).

Assim, as regras e normas institucionais muitas vezes aparentam expressar *uma dualidade entre o que está escrito e o que ocorre de fato*. Na perspectiva da compreensão das instituições para além de seus muros e letras, essa dualidade é a expressão do quanto a institucionalidade é dinâmica e mutável, é instável em si. Na base de sua constituição expressam um jogo de forças como tentativa permanente de perpetuar uma ideia da pactuação, de sociedade ideal em torno do que é melhor para o “bem comum”, com comportamentos, procedimentos e interações marcadas por relações culturais, sociais e de poder.

É percebendo essa lógica – e isso é relevante – que devemos compreender que as instituições *podem ou não* se materializar em estruturas físicas, em burocracias, normas, procedimentos rotineiros e padrões hierárquicos em torno das relações de poder (O’DONNELL, 1991).

As instituições, como expressões das relações sociais que desejam se cristalizar – mas não conseguem – são, por princípio, constituídas pela e determinam, dinamicamente, a formação das pessoas nos seus contextos e vivências sociais, históricos e políticos. Como exemplos, citamos instituições como “família”, “religião”, “maternidade” e “paternidade”, “casamento”, entre outras. Podem materializar-se em ritos, procedimentos e papéis - ou apenas limitar-se (não sendo isso de menor impacto) a constituir valores e alimentar visões sociais de mundo sobre si, mas vivenciam a permanente tensão entre conservação e mudança considerando que são, parafraseando Marx, os seres humanos quem as constroem, e não o contrário. Porém, o fazem em condições determinadas – e não como querem.

Da mesma forma, as instituições que se materializam em espaços físicos, existem dentro de uma determinada racionalidade de organização da vida social. Se pensarmos as políticas públicas como uma instituição, como a mediação necessária às contradições entre as classes sociais e implementadas pelo Estado, estas abrigam igualmente contradições oriundas da formação da sociedade. Valores e preceitos que parecem orientar a “vida privada” permeiam e fundamentam políticas públicas, exercício profissional, visões sociais de mundo de todos os seres humanos que interagem no âmbito das instituições e a partir destas.

Metodologicamente é possível compreender como a forma através da qual a sociedade organiza-se necessita da afirmação de relações sociais de poder específicas a esse modo – hierárquicas, competitivas, marcadas pelo individualismo e, obviamente, naturalizadas. Para a compreensão sobre a formação das instituições, é fundamental investigar quais as premissas de formação de cada sociedade em seu tempo histórico, quais são os valores socialmente alardeados como relevantes, e as relações estabelecidas entre sujeitos sociais de classes sociais diferentes e antagônicas, que fundamentam a construção de determinadas relações sociais “naturalizadas”. Não à toa, as contribuições de Engels e Marx partem do que nos aparece como natural, do que aparece como instituído, remetendo-se dialeticamente às determinações de sua formação.

Os autores focam na recuperação das bases de conformação do capitalismo, remetendo às relações societárias estabelecidas nos modos de produção progressos. Esse caminho demonstra como “o novo já traz o germe do velho” (MARX, 1996), permitindo a compreensão de duas dimensões da dialética histórica: (a) como as contradições que impulsionam a superação de dada ordem já produzem novas contradições; (b)

como as marcas do antigo se delineiam no novo, sem fraturas, mas sim conformando totalidade contraditória, tensionada e transformada na processualidade da história.

Nesse sentido, a adoção de instrumentais críticos de análise sócio-conjuntural nos permite constituir elementos para formulação de estratégias de intervenção de projeto profissional, contribuindo para a ruptura permanente com o messianismo e o fatalismo (IAMAMOTO, 2008) marcantes na nossa trajetória de construção do exercício profissional, de disputa em torno do sentido político desse sujeito profissional.

O'Donnell (1991), considerando as instituições em si, observa algumas características. Mediando as fundamentações de sua matriz, consideramos que nos instigam a refletir e re-situá-las nas dinâmicas mais amplas. O autor afirma que as instituições, como padrões de interação social, *definem escopos de funcionamento*. Isto é, criam regras e normatizam procedimentos, definindo, de antemão, *qual o padrão de ações, de políticas* que desenvolvem. Ressaltamos aqui que isso, de fato, se expressa como aparência. Consideramos relevante identificar *como, por que e para atender a quais interesses* se constroem tais regras para além do que se expressa no cotidiano institucional. As normas expressas demonstram mecanismos de implantação de diretrizes mais amplas, porém que determinam a orientação e o sentido do existir institucional.

Vimos como antes de tudo, é preciso demarcar análises e reflexões sobre instituições e as intervenções profissionais a partir dos marcos e processos históricos mais amplos de reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista (IAMAMOTO, 2008).

Se há a constituição de um *escopo* - isto é, a conformação prévia por aqueles que definem os rumos da política institucional de um determinado e limitado universo de atuação (e de respostas) - esse configura limites aos serviços, às enunciadas racionalidades de funcionamento, às relações de poder e ao atendimento às demandas de um determinado público-alvo. É engendrado por dinâmicas maiores e vinculado a uma determinada concepção de ser humano, de direitos e de mediações de conflitos. Não é, portanto, arcabouço normativo proveniente nem constitutivo de determinada condição de ordem social para todas as pessoas.

Tais procedimentos e demandas são, formal e enunciadamente, integrados às normas instituídas. Porém, as instituições, ainda que aparentem cristalizar em determinados momentos históricos, formas hegemônicas de relações sociais, são instâncias dinâmicas, por isso, contraditórias e marcadas por disputas de interesses<sup>5</sup> e de espaços de poder, passíveis permanentemente de transformação, uma vez que são, antes e acima de tudo, constituídas por sujeitos políticos.

As instituições, lidas por O'Donnell (1991) como padrões de interação sociais, podem ser, em alguma medida e instância, *reificadas*, isto é, materializadas, expressas no cotidiano. Porém, não concordamos com a dimensão contratual que a noção de pacto - referente aos padrões - carrega consigo.

Se aparecem como sempre sendo pactuadas, uma vez que sua afirmação ocorre embasada em mecanismos normativos, expressariam uma construção em torno do que seria o melhor para todos.

---

<sup>5</sup> Há matizações e é preciso caracterizar o uso de mecanismo fortemente repressores e de acento hierárquico, como no caso das instituições do campo sócio-jurídico ou de algumas instituições religiosas. Sob outros marcos teóricos como foco em relações de poder entre indivíduos, mas com contribuição de referência para desvelamento da de dinâmicas e da racionalidade das chamadas instituições totais, fechadas, como prisões, manicômios e conventos, ver Goffman (1961) e Foucault (1996).



Poderiam, segundo essa leitura, manifestar-se tanto na constituição de consensos, quanto na adoção de medidas de caráter repressivo de forma permanente. Destarte, a transformação das instituições ocorre, necessariamente, de forma lenta e gradual impulsionada pelas contradições e não pelo seu aprimoramento, como defendem os ideólogos de aperfeiçoamento das instituições liberais.

Nessa lógica, O'Donnell (1991) afirma que as instituições ao definirem escopos de funcionamento e de procedimentos, isto é, “recortes” de atuação, delineiam, de forma mais ou menos clara, quais são os critérios de aceitação e de negação e exclusão das demandas que aparecem. Compreendemos que esse recorte de funcionamento, o tal “escopo”, demonstra que os embates sociais que permitem sua edificação, geram formulações as quais acabam por *incorporar* e por *excluir*<sup>6</sup> seres humanos – assinalados como usuários e enxergados a partir de suas demandas -, de acordo com a lógica de alocação dos recursos institucionais disponíveis e disponibilizados para determinada ação.

Quando nos referimos aos recursos “disponíveis” e/ou “disponibilizados” para determinadas ações, problematizamos aqui como discurso recorrente que foca o sentido do trabalho profissional na ideia do acesso a recursos e bens socialmente produzidos como o sinônimo de assegurar direitos, alimenta noção de “finitude” ou de “escassez de recursos” como cerceamentos materiais para que se opere o próprio trabalho da (o) assistente social.

Ponderamos a importância de reconhecer como sua destinação e alocação são determinadas a partir da concepção prévia de respostas aos direitos. Relaciona-se, portanto, a partir das orientações estatais pré-construídas pelos sujeitos sociais sobre o escopo e as normatizações em curso determinadas pelo contexto mais amplo das relações sociais e das condições de reprodução do capital.

É importante ressaltar que tais disputas materializam-se na forma de embates por *recursos* e por *lugares de poder* nas instituições, nas e em relação às quais o trabalho do/a assistente social necessita ser contextualizado<sup>7</sup>. Necessariamente, as definições da racionalidade e da lógica de funcionamento institucional, das normatizações construídas socialmente, “desenham” políticas internas de disponibilização de recursos, serviços, procedimentos e de benefícios.

A justificativa formal de definição dos escopos, do recorte de quem pode ser mais ou menos - ou simplesmente não ser - integrado aos padrões de interação social centra-se, muitas vezes justamente no argumento da escassez, de limites ou de finitude de recursos institucionais, sejam as instituições de natureza pública ou privada.

---

<sup>6</sup> A perspectiva de inclusão e exclusão aqui utilizada precisa ser matizada a partir da lógica de escopo dos objetivos institucionais e não relativa à corrente utilização do “binômio” exclusão - inclusão. Ainda, a exclusão de demandas e de agentes que não se adequam aos objetivos e finalidade de determinada instituição não se refere às metodologias que utilizam o binômio dicotômico inclusão / exclusão para apreensão das contradições da dinâmica social. Nesse sentido, partilhamos da perspectiva de Martins (2002), que considera a abordagem um tanto quanto conservadora, na medida em que o conceito excluído não permite o reconhecimento de um sujeito político, integrante de determinada classe social, nem tampouco remete às contradições fundamentais, apenas lamentando-as.

<sup>7</sup> Iamamoto (2008) ressalta o “desafio de incorporar e ir além da abordagem do trabalho concreto do assistente social, enquanto trabalho concreto, isto é, de uma qualidade determinada que satisfaz necessidades sociais”, impondo “incorporar na análise a outra dimensão desse trabalho especializado e dele indissociável: o fato de ser trabalho social médio, isto é, trabalho abstrato, considerando sua inserção no universo do valor” (p.257).

Isso nos indica que é necessário considerar os limites concretos de recursos humanos, financeiros, materiais e mesmo espaciais das instituições. Mas de fato, construir capacidade analítica para reconhecer a construção de discursos os quais justificam limites e a realocação de recursos, em geral ocorridos a partir dos critérios de elegibilidade impressos pelo projeto hegemônico vigente na instituição. Portanto, é preciso mapear como recursos são mobilizados e a partir de quais lógicas e relações de poder são redistribuídos. Essa distribuição de recursos, realizada previamente e não necessariamente nas esferas coletivas das instituições, ocorrem, em geral, bastante tensionadas a partir dos projetos em disputa nas instituições e bastantes determinadas pelas relações de poder, que podem ou não manifestar-se mais expressamente de forma hierárquica. Não de forma secundária, é preciso apreender a existência e utilização dos recursos no âmbito das dinâmicas e relações de classes sociais mais amplas na qual a instituição é forjada.

A alocação dos recursos aparece como sendo decidida quando da elaboração e designação dos papéis e funções das instituições, e procura constituir mecanismos, normas e discursos, por parte tanto de agentes institucionais – e entre estes – como para seus usuários, de difusão de consensos e de aceitação social quanto aos limites, possibilidades e finalidades institucionais.

Outro aspecto relevante, relacionado aos limites do escopo institucional e à necessidade de afirmação da regularidade de interação das relações sociais, com vistas à reprodução das condições de existência institucional, apresenta as instituições como estruturas mais ou menos cristalizadas – mesmo não o sendo –, as quais visam legitimar-se no global atendendo a demandas expostas pela questão social capitalista, *de forma fragmentária, setorializada*.

A lógica de enfrentamento setorial das demandas apresentadas às instituições relaciona-se tanto à *escassez e limites de recursos institucionais* (ou a forma como o consenso em torno desse aspecto é constituído), quanto aos procedimentos da burocracia a qual visa proteger e assegurar a lógica de reprodução das relações instituídas.

Além disso, as possibilidades de resposta, tanto no âmbito público ou privado, das manifestações da questão social de forma setorial, asseguram condições para reprodução das contradições fundantes do modo de produção mais amplo que conforma racionalidades de funcionamento das instituições. Preservam-se, em certa esfera, papéis, relações de poder e mecanismos de funcionamento institucional, enfim, as possibilidades de administração dos conflitos, sem transformações estruturais das relações instituídas, sem subversão dos padrões de relações socialmente instituídas.

Nesse sentido, ainda que a partir de outros marcos teóricos, as reflexões do autor contribuem para a construção de instrumentos de análise que nos permitam refletir sobre como e qual a racionalidade que orienta as lógicas de funcionamento e o sentido dos procedimentos daquela instituição específica, no modo de produção capitalista e, em especial, no objetivo primeiro da dinâmica do capital de assegurar as condições necessárias à acumulação.

A partir desse conjunto introdutório de conceitos e reflexões em torno das instituições, refletamos brevemente a seguir sobre a profissão de serviço social, o lugar do sujeito profissional, assistentes sociais, nas dinâmicas e contradições institucionais.

## **2. As instituições, o serviço social e expressões da inserção profissional na contemporaneidade**

Nesse momento trazemos elementos que nos permitam refletir sobre o movimento dos/das profissionais de serviço social no âmbito das instituições na realidade brasileira, algumas características instituídas e em revisão, relacionadas, necessariamente, aos desafios existentes em torno da profissão a partir da divisão social (sexual e racial) e técnica do trabalho. Lembramos que o presente texto procura contribuir para a reflexão de assistentes sociais, supervisores/as de campo de estágio, assim como de alunos/as na perspectiva de possível constituição e mesmo fortalecimento de projeto de transformação das relações vigentes, caracterizadas por diferentes formas de negação e de violação de direitos materializadas também em espaços de intervenção profissional.

Para tanto, resgatemos algumas características da profissão na divisão sociotécnica do trabalho no contexto de modernização brasileira iniciada no primeiro quartel do século XX.

A primeira, que consideramos fundamental, considera refletir sobre a profissão como *instituição* naquilo sobre o qual sinalizamos que se erigem as relações nesse modo de produção: a divisão social e técnica do trabalho.

Como sabemos, a profissão de serviço social na divisão sócio técnica do trabalho<sup>8</sup>, assim como as perspectivas que decorrem dessa inserção, são *um produto histórico* (IAMAMOTO,1992) e se conformam justamente no contexto de investimento tardio e acelerado para a formação de uma ideia de Brasil moderno (IANNI,2006).

Considerado um tipo de especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO,1992), o serviço social forja-se como profissão no contexto das contradições entre as classes sociais em formação no processo de industrialização e de urbanização brasileiros em início do século XX..

Necessariamente

Essa abordagem apresenta de imediato as implicações políticas da prática profissional, polarizada por interesses de classes, pelo jogo das forças sociais tais como se expressa em determinada conjuntura (IAMAMOTO, 1992, p.88).

---

<sup>8</sup> Para maior aprofundamento em torno da contextualização e do significado da profissão na divisão socio-técnica do trabalho, ver em Yamamoto (1992; 2008). A trajetória da constituição e ampliação da profissão no Brasil encontra-se na referência clássica à disciplina, na obra de Yamamoto e Carvalho (1991).

Partilhamos da leitura da autora sobre como a prática profissional inserida em processos sócio-históricos, vivencia constante renovação, configurando mais *uma passagem de prática* do que uma “prática cristalizada” (IAMAMOTO, 1992) – instituída.

Ressaltamos a dimensão de constituição da profissão também como *instituição componente e ativa*, “subsidiária” da organização das dinâmicas da sociedade (Ibid.,1992), a partir dos preceitos anteriores, o que nos permite apreender um pouco como em cada momento sócio-histórico, em cada país, o serviço social assume procedimentos, intervenções e produz reflexões no contexto das contradições da ordem burguesa e no âmbito de suas instituições, apresentando-se também como *mutável e contraditória*.

Iamamoto (2008) contribui para nossa reflexão ao ressaltar também a natureza qualitativa da atividade profissional, na medida em que esta se constitui em “atividade inscrita predominantemente em terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais dos sujeitos via serviços, programas e projetos”, configurando o que autora tematiza como “um tipo de trabalho concreto distinto e particular” (Ibid, 2008, p.418).

A autora problematiza que seu sujeito profissional, o/a assistente social, situa-se em caráter bastante ambíguo quanto a sua regulamentação no Brasil, elemento constitutivo dessa instituição<sup>9</sup>. Se por um lado, possui estatuto de profissional liberal, no plano objetivo conforma-se, concretamente, como empregado(a) assalariado(a), atuante nas instituições de diferentes naturezas, sendo ainda as instituições públicas (ainda que através de relações precarizadas de terceirização) as maiores empregadoras desse(a) profissional. Tais aspectos colocam desafios, mas também possibilidades de aprofundamento de estratégias de atuação profissional a partir da relativa autonomia que possuem como sujeitos sociohistóricos nas instituições.

Porém, é esse mesmo elemento que expressa e aprofunda contradições no cotidiano do profissional, frente às possibilidades de seu trabalho profissional nos limites da sociabilidade vigente e, ainda, frente às atuais condições de trabalho dos profissionais em contexto de crise do capital – especialmente após o aprofundamento da reestruturação produtiva e das contrarreformas a partir dos anos de 1990 no Brasil.

Sinteticamente, nos referimos à necessária superação de uma leitura dicotômica da profissão, segundo a qual esta possuiria ou um caráter conservador, ou uma postura vanguardista e “revolucionária” impressa na atividade profissional. Destarte, a profissão caracteriza-se, antes de tudo, *pelo seu caráter contraditório*, o qual precisa ser compreendido no bojo das relações sociais, estas compreendidas como “reprodução das forças produtivas e das relações de produção em sua globalidade” (IAMAMOTO, 1998, p.99).

A segunda refere-se ao fato de sua atuação ser fortemente demarcada pelas suas características instituídas, tais como a dimensão sócio-educativa da atividade profissional, necessariamente relacionadas às opções políticas desse sujeito profissional, isto é, às escolhas quanto a maiores ou menores adesões aos diferentes projetos de classes sociais.

---

<sup>9</sup> A regulação compreendida como expressão dos seus marcos constitutivos, não como aquilo que de fato institui.

Nesse sentido, a profissão possui “relativa autonomia no exercício das funções institucionais” (IAMAMOTO, 1992), considerando, inclusive, a dimensão pedagógica de seu trabalho em instituições materializadoras de e permeadas por projetos de poder em disputa. Esses (as) profissionais não possuem controle total sobre as dinâmicas que determinam seu trabalho e, muitas vezes, reproduzem formas violentas e reificadoras inerentes a essa sociabilidade.

Portanto, para conformar elementos de análise da profissão e dos desafios existentes no contexto das transformações sociais, Iamamoto (2008) nos alerta para a necessidade de ruptura com a chamada “endogenia” da profissão, ou seja, com leituras que se limitam aos campos internos da profissão. Nessa perspectiva, devemos

alargar os horizontes para o movimentos das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade não para perder ou diluir particularidades profissionais, mas ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez; extrapolar o universo do Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão (p.167)

No esteio da reflexão da autora, apontamos *o desafio de romper com o que reconhecemos como uma excessiva institucionalização dos sujeitos profissionais, as (os) assistentes sociais*. Na nossa concepção, não devem ser os marcos normativos das políticas públicas, dos conselhos, dos regimentos institucionais ou da legislação, em geral, os limites ou o horizonte de nossa atuação – estas formas normativas, como expressões institucionalizadas da pactuação possível de mediação das relações sociais consistem apenas em referências, as quais devem ser problematizadas e superadas. Não se colocam, portanto, como o horizonte, mas, em nossa opinião, estes deveriam ser a base, parte do lastro do trabalho profissional.

O mais relevante no exercício profissional pautado em premissas **ético-políticas**, deve se considerar o reconhecimento dos seres humanos que estão à nossa frente, que freqüentam e acessam as instituições em busca de serviços – e não sobre suas demandas imediatas ou sobre a perversa necessidade de decidir sobre a partilha de limitados (e limitantes) benefícios e serviços institucionais.

Cabe também aos sujeitos profissionais, a partir de organização coletiva da categoria, a ressignificação<sup>10</sup> do e seu trabalho profissional, balizados pelo reconhecimento efetivo das pessoas que o acessa como meio para determinada demanda, com os quais podemos e devemos constituir relações humanizadas e de alteridade – e nos referimos tanto a outros profissionais, mas, centralmente, aos seres humanos que utilizam e demandam serviços institucionais, os quais são, por expressão da lógica dessa forma social, cotidianamente desumanizados e silenciados.

Como sabemos o serviço social vem, historicamente, procurando adensar seu saber dialogando com diferentes áreas, aprofundando debates em torno do que nomeia como instrumentalidade em uma profissão claramente interventiva, visando fortalecer projeto societário distinto que oriente sua atividade profissional. Em parte tem visado superar o ranço de subalternidade em relação às demais profissões e áreas de saber.

---

<sup>10</sup> A formulação desta ressignificação encontra contribuições interessantes tanto em Iamamoto (2002) quanto em Santos (2012) e Guerra (2009), além de outras autoras.

Mas, consideramos como seu desafio incidir sobre o reconhecimento dos processos políticos, da complexidade conformativa de seres humanos para além dos muros e dinâmicas institucionais os quais insistem em nomeá-los.

A partir da atuação em estruturas institucionais materializadas em procedimentos, critérios e escopos mais ou menos claros de atuação, algumas dimensões normativas e contraditórias impactam cotidianamente a profissão, na relação com os/as demais trabalhadores/as e usuários nas instituições e é preciso compreender a profissão, bem como suas contradições no que Yamamoto (2008) explicita da dialética relação entre a dupla dimensão do trabalho do/a profissional.

Considera-se aqui tanto em sua dimensão concreta, de trabalho qualitativo, de produção de valor de uso na prestação de serviços sociais, satisfazendo necessidades sociais quanto na dimensão de trabalho abstrato, a partir da relação de assalariamento do/a profissional.

Esta última torna esse trabalho mercantilizável e incorpora, portanto, contradições características da mercadoria, como esclarece a autora, desde o fetichismo à alienação que envolve as relações mercantis no bojo das relações sociais capitalistas mais amplas que as *dinâmicas institucionais concretas* (IAMAMOTO, 2008, pp.257-259).

Alguns profissionais desenvolvem uma percepção melhor fundamentada teoricamente da relação entre inserção profissional e projeto societário, ou mesmo de reflexão em torno da profissão inserida em projeto coletivo mais amplo que os limites das atribuições tecnocráticas ao setor de serviço social nas instituições ou a demarcação de suas atribuições e espaços de poder dos/as profissionais.

Além de constituir referenciais amplos e em diálogo com diferentes campos de formação, demarca-se a perspectiva de crescentemente enfrentar demandas e manifestações complexas da questão social capitalista, ainda vivencia, junto à maioria dos/as profissionais, clara burocratização de sua intervenção.

Em função de processos estruturais bastante perversos vinculados à destrutiva dinâmica de valorização do capital, como a mercantilização da formação (a qual contribui para a sua precarização) e frágeis vínculos empregatícios, bem como a sobrecarga de trabalho a maioria acaba submetida aos construtos (e ao fluxo) de poder institucional, procurando assegurar funcionalidade à sua inserção, articulando um conjunto de práticas e procedimentos que dêem aparente sentido à inserção do serviço social.

As angústias e a falta de perspectiva, acentuadas pelas dificuldades de constituição ou de afirmação de alianças estratégicas para fortalecimento de projeto profissional no âmbito das instituições, alimentam posturas fatalistas, as quais muito pouco ou em nada contribuem para superação da reificação de práticas tecnocráticas.

Essas contradições acabam por configurar campo fértil de legitimação de lógicas bastante instrumentais entre a universidade, alunos/as e supervisores nas instituições conformadas como campo de estágio.

Como sujeitos políticos do processo de formação, não é exagero afirmar que alunos/as em formação compõem um importante vértice dessa relação, cuja percepção quanto ao lugar do estágio em seu processo de formação, muitas vezes, é expressa com desestímulo - anunciando uma leitura significativamente dicotômica entre o que se aprende nos bancos universitários e o que se é vivenciado nas instituições. Incorre-se no risco de encarar as disciplinas vinculadas<sup>11</sup> ao estágio apenas como “uma etapa a cumprir” para obtenção do diploma em serviço social ou o exercício profissional como algo que deva se limitar a atender às requisições institucionais.

### Considerações finais

Tecemos algumas considerações de encerramento do texto sobre a imbricada e delicada necessidade profissional de construção de elementos analíticos das dinâmicas institucionais que cercam profissionais de serviço social. Nosso objetivo no presente artigo é, justamente, problematizar elementos e dinâmicas que fundam as instituições, ou seja, entendê-las não nelas mesmas, descoladas das dinâmicas concretas do real – mas como expressão material e simbólica de relações sociais e historicamente constituídas, reforçando ou trazendo conflitos e contradições para valores e práticas vivenciados no cotidiano.

Para tanto, consideramos ser preciso apreender elementos de constituição das instituições como algo *dinâmico* e *contraditório*, sem externalidades aos sujeitos sociais – mas fruto de suas relações societárias. Em especial, é necessário compreendê-las a partir do marco histórico dos processos os quais desembocam na modernidade, quando estas edificam e determinada perspectiva de “ordem” e de “progresso”.

Os “padrões de interação social” (O’DONNEL,1991) “pactuados” para essa nova ordem, devem ser investigados na sua constituição histórica e dialética, superando a aparência, a imediaticidade e resgatando os elementos contraditórios de sua instituição, refletindo os próprios limites e o falseamento das instituições como “pactuação”.

É nessa lógica que problematizamos a própria profissão do Serviço Social a partir tanto das determinações de sua constituição na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2008) como instituição nesse modo de produção. Partindo dessa premissa, investimos na construção e reavaliação crítica permanente sobre o projeto político-institucional de profissionais de serviço social no âmbito das instituições, considerando tais particularidades da inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho.

Partimos da constatação que, na breve exposição em torno das particularidades que qualificam as instituições como esferas normativas de nossa sociedade, e mesmo a profissão de serviço social, a partir de

---

<sup>11</sup> Referimo-nos às disciplinas de Ética, Família, Estágio Supervisionado, Supervisão Acadêmica de Estágio (SAE) e Oficina teórico-prática, conforme diretrizes do projeto de formação curricular construído a partir da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O conjunto de documentos para essa referência é acessível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/diretrizes-curriculares> Acesso em agosto de 2023.

suas especificidades nas relações sociais, colocam desafios complexos para a estruturação de projeto crítico de intervenção profissional.

No movimento real das relações sociais, muitas vezes de forma oposta ao que anunciam, as instituições da modernidade fundamentam-se em esforços de disciplinarização, violentos e arbitrários sob o manto da impessoalidade e da burocratização, reproduzindo opressões próprias à formação social de cada lugar. Portanto, as instituições, embora nos apareçam como “coisas”, com alguma externalidade, são fruto de nossas formas de compreensão e interação no mundo moderno – e expressam tais formas civilizatórias específicas.

Nessa direção, possuem os/as supervisores/as de campo, assim como docentes de estágio supervisionado, papéis distintos, porém se articulados, de fundamental e estratégica importância. Não podem ser essas dimensões da formação – tanto discente quanto para o/a profissional – compreendidas apenas de forma instrumental, como a “outra ponta” da relação entre universidade e instituição, centralmente pelos seguintes aspectos, elencados abaixo.

O primeiro refere-se aos/às supervisores/as de campo, como profissionais sujeitos dos processos e de dinâmicas institucionais. São de importância extrema para alunos/as ao constituírem em alguma medida referência de formação, de exercício e de sujeito profissional em uma instituição. Alimentam e podem enriquecer ou banalizar diálogos com discentes em formação, vivenciando afirmações das dinâmicas, transformações paulatinas e possibilidades de transformação e de crescimento mútuos, ainda que marcado, muitas vezes, por relações contraditórias, de conflito e mesmo de fragilidades no vínculo.

Como forma de superação permanente e de constituição de vínculos entre supervisores e estagiários/as, com vistas à superação de relações de caráter instrumental de ambas as partes, cabe a construção conjunta – e, se possível, coletiva - de um projeto claro de planejamento e de reflexão sobre o estágio<sup>12</sup> entendendo-o como processo, parte fundante da formação - alicerçado em concepções mais amplas de formação e de intervenção profissional.

Para tanto, assinalamos a relevância de esforços em torno de avaliação sobre limites e caminhos de implementação das políticas públicas e serviços institucionais de forma coerente com a constituição de um projeto de intervenção profissional capaz de opor-se a práticas ativistas e destituídas de reflexão, assegurando a noção de práxis transformadora.

O segundo afirma a supervisão como um lócus rico de revisão e mesmo de reformulação do projeto político-institucional em curso, a ser construído ou a ser disputado, sem perder a perspectiva do universo maior de relações sociais, sob pena da alienação no cotidiano de uma instituição específica, na qual o trabalho profissional encontra-se concretamente inserido. Assim, como mencionamos, é preciso o exercício permanente de resgate para a apreensão da dupla dimensão do trabalho do/a profissional, tanto em sua dimensão concreta, qualitativa, de produção de valor de uso, de satisfação das necessidades sociais e de

---

<sup>12</sup> O qual se oriente pela Política Nacional de Estágio (PNE), construída coletivamente no âmbito da ABEPSS a partir de 2009. Para maior conhecimento, acessar [http://arquivos.mp.pb.gov.br/psicosocial/servico\\_social/politica\\_nacional\\_estagio.pdf](http://arquivos.mp.pb.gov.br/psicosocial/servico_social/politica_nacional_estagio.pdf)



resposta parcial às manifestações da questão social, quanto em sua dimensão de trabalho abstrato, ao ser esse profissional, antes de tudo, assalariado.

Esse elemento torna o trabalho profissional mercantilizável, incorporando as contradições características da mercadoria, como esclarece a autora, as quais vão desde o fetichismo à alienação que envolve as relações mercantis no bojo das relações sociais capitalistas mais amplas que as *dinâmicas institucionais concretas* (IAMAMOTO, 2008).

Por fim, fortalecemos a importância da aproximação com movimentos sociais a partir de perspectiva crítica sobre a dinâmica de ordenamento social, construindo projetos de intervenção capazes de reconhecer, valorizar e afirmar as especificidades constitutivas de demandas sociais para além da reprodução da força de trabalho. As regras institucionais, as quais parecem tão desprovidas de humanidade, burocratizadas e impessoais, assim o são, pois não existem *a priori* para atender às necessidades humanas específicas – mas sim para assegurar a resposta padronizada necessária à manutenção de condições para a valorização. Nos aparecem como pactuações, como algo sistêmico, maior do que e externo a nós – e talvez o sejam, na medida em que perdemos o controle sobre os monstros que criamos no acelerado processo mundial de industrialização urbana.

## Referências

DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 1996. Acessível em [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em 01.09.2019.

CFESS, Código de Ética Profissional do assistente social/ 1993. Brasília: 1993.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Expressão Popular, 2012

ENGELS, Friedrich e KAUTSKY, Karl. O socialismo jurídico. São Paulo: Boitempo, 2012.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. Acessível em [https://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/Os\\_condenados\\_da\\_Terra-Frantz-Fanon.pdf](https://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/Os_condenados_da_Terra-Frantz-Fanon.pdf) Acesso em 23.08.2019.

FEDERICI, Silvia. O calibã e a bruxa. Editora Elefante – Coletivo Syncorax, 2017. Acessível em [http://coletivosyncorax.org/wp-content/uploads/2016/08/CALIBA\\_E\\_A\\_BRUXA\\_WEB.pdf](http://coletivosyncorax.org/wp-content/uploads/2016/08/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB.pdf). Acesso em 23.08.2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no serviço social – ensaios críticos. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O trabalho do assistente social em tempo de capital de fetiche* in Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez. 2ª edição, 2008.

- IAMAMOTO, Marilda Villela *As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo* in MOTA AE [et all] (orgs) – 3ª ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.
- IANNI, Otavio. A Idéia de Brasil Moderno. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 19–38, 2006
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época/ Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000. Acessível em
- POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS, 2010. Acessível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigeida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf) Acesso em 01.09.2019.
- GUERRA, Yolanda A instrumentalidade do serviço social. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- L'ABBATE, Solange. Análise Institucional e Intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. **Mnemosine** Vol.8, nº1, p. 194-219 (2012).
- MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro I. 15ª edição, 1996.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich A sagrada família. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.
- O'DONNELL, Guillermo Democracia Delegativa? In Novos Estudos CEBRAP, nº 31, SP: CEBRAP, 1991. Acessível em <http://uenf.br/cch/lesce/files/2013/08/Texto-2.pdf>. Acesso em setembro de 2019.
- Política Nacional de Estágio. ABEPSS, 2009. Acessível em [http://arquivos.mp.pb.gov.br/psicosocial/servico\\_social/politica\\_nacional\\_estagio.pdf](http://arquivos.mp.pb.gov.br/psicosocial/servico_social/politica_nacional_estagio.pdf) Acesso em 20 de março de 2014.
- SANTOS, Claudia Monica. Na prática a teoria é outra? Rio de Janeiro: Lumen Jurens, 2012.
- SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. HOCHMAN, Gilberto (org) Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- WEFFORT, Francisco. Clássicos da Política, volume 1. São Paulo: Editora Ática, 2011.